

Em entrevista exclusiva ao PÚBLICO, o presidente do PSD defende períodos mais longos de governação, mas facilita mudanças de executivo: pelo Presidente e pelo Parlamento.

Pedro Passos Coelho considera que o Governo precisa de "um novo impulso". Mas não quer já uma crise política. Na proposta de revisão constitucional, no entanto, abre a porta para a agilização da substituição dos executivos. Propõe que o Presidente possa demitir o Governo. E que o Parlamento possa substituí-lo, através de uma moção de censura construtiva.

**Concorda com o seu líder parlamentar, que no debate do estado da Nação afirmou que o Governo está demasiado ausente, inexistente e descredibilizado? Seria desejável uma clarificação?**

Eu acho que o país não beneficia com o quadro de esgotamento do Governo. Se me pergunta se o Governo está a precisar de um novo impulso, parece-me evidente. Mas essa é uma decisão do primeiro-ministro e do PS, não é uma decisão que caiba ao PSD. Não sou analista político, não vou perder tempo com essa questão. Digo apenas que o PSD saiu das últimas eleições há nove meses como maior partido da oposição. Perdemos as eleições. Mas não temos mau perder.

O PSD renovou a sua liderança com uma nova equipa e esta apresentou-se com uma proposta ambiciosa: preparar um novo ciclo de mudança do país para duas legislaturas. E é isso que estamos a fazer. O facto de estarmos numa crise económica difícil obriga o país a ter muito cuidado com a imagem externa que oferece para criar credibilidade e condições de financiamento à economia. Se, de repente, o nosso sistema financeiro ou a própria República não tivesse capacidade de se financiar, porque os mercados desconfiam de nós, tínhamos um desastre económico em Portugal.

**Há quem diga que estamos num impasse constitucional. Os poderes do Presidente da República devem ser mexidos na revisão constitucional?**

Eu disse no início deste processo que não via uma grande necessidade de mexer no equilíbrio de poderes, mas precisamos de alguns ajustamentos, sem desfigurar o chamado regime semipresidencial fraco. Mas julgamos que é útil clarificar melhor o instrumento das moções de censura e de confiança ao Governo, sobretudo em cenários em que não haja maiorias absolutas. Devemos caminhar para uma maior responsabilização dos partidos quando censuram os Governos. Hoje, quando uma moção de censura é aprovada, os partidos não se comprometem na apresentação de uma alternativa. É a chamada moção de censura destrutiva: derruba-se o Governo e depois se vê. O que eu proponho é que, se os partidos políticos não propuserem uma alternativa quando apresentam uma moção de censura, deve haver a obrigatoriedade de dissolução do Parlamento para que os eleitores escolham um novo Governo.

**Quer dizer que o Governo pode mudar de mãos sem eleições?**

Quer dizer que, se os partidos que derrubam o Governo não querem eleições, quando apresentam a moção de censura têm que apresentar um governo alternativo. E aí o Presidente da República não pode dissolver o Parlamento, tem de dar posse a esse executivo. O Parlamento tem de ter a responsabilidade dos seus actos.

**Esse seria um instrumento desejável neste momento?**

Se nós tivéssemos hoje esse instrumento, os partidos que derrubassem o Governo ficavam

com a obrigação de apresentar um Governo alternativo. Caso contrário, saberiam que estavam a produzir um cenário de eleições.

### **O Presidente fica com um poder mais limitado. Admite alargar algum outro?**

Actualmente o Presidente da República pode dissolver o Parlamento ouvindo apenas o Conselho de Estado. É um poder arbitrário que tem, com o qual nós concordamos. Não se deve mexer nele. Mas o Presidente não tem o poder de demitir o Governo, a não ser que esteja em causa o regular funcionamento das instituições. Há aqui qualquer coisa que não está equilibrada depois destas revisões todas. O Presidente tem um poder absolutamente arbitrário para dissolver o Parlamento, mas não tem o poder de demitir o Governo. O que significa que, algumas vezes, pode acontecer que o Presidente, não tendo o poder de demitir o Governo, recorra à dissolução do Parlamento para obter o mesmo efeito. Isso não devia ser necessário, o Presidente deve ter também o poder de demitir o Governo. O Governo devia depender da confiança do Parlamento e do Presidente da República.

### **Essas medidas não alteram o regime semipresidencialista?**

Eu julgo que não. Reequilibram um pouco, mas não alteram no essencial o tipo de regime que temos. Responsabiliza mais os partidos no Parlamento e responsabiliza mais, também, o Presidente da República relativamente às soluções de governo e em relação à forma como os Governos exercem os seus mandatos.

### **Quem fica mais fragilizado é o Governo, mais à mercê do poder arbitrário do Presidente e das maiorias conjunturais do Parlamento. Não prevê nenhum reforço para o poder executivo?**

Dentro dos ajustamentos do sistema político, entendemos que se deve dar um maior quadro de horizontes de estabilidade ao Governo, e nessa medida aumentar a legislatura de quatro para cinco anos. Isto serve essencialmente para os Governos poderem fugir à preocupação eleitoral que os ocupa demasiado cedo. No primeiro orçamento, um Governo apresenta sobretudo um plano de intenções. Depois tem dois anos para o aplicar e no último orçamento já está a pensar em eleições. Uma parte da governação já está muito influenciada pelas eleições. Mandatos de cinco anos dariam mais tempo para reformas mais estáveis e atribuiriam mais responsabilização aos actores políticos.

### **Esse alargamento acarretaria, em consequência, um mandato presidencial também mais longo?**

Sim, o Presidente da República deveria ter um mandato de seis anos, para não coincidir com o período da legislatura. É essa a nossa proposta, que vamos apresentar ao Conselho Nacional na próxima semana.

### **Outra proposta do PSD é a designação das entidades reguladoras pela Assembleia da República. Porquê?**

O Governo tem tradicionalmente uma ideia, senão estritamente partidária, pelo menos uma ideia governamentalizada do que é o Estado. Exemplo típico disso são os reguladores. O facto de estes continuarem muito na dependência da tutela governativa e do Governo interferir excessivamente na regulação é negativo. Propomos que seja o Parlamento, com uma maioria qualificada que não seja apenas aquela que suporta o Governo, a designar os reguladores sob

proposta do Governo. Isto mexe nos poderes do Parlamento e do Governo.

### **Cortes em salários não estão na perspectiva do PSD**

#### **O PSD tem vindo a estreitar as suas condições para viabilizar o próximo Orçamento do Estado (OE). Quais são?**

Não tem havido, da parte do PSD, uma escalada de condições. Na semana passada, o ministro das Finanças disse que o OE incluiria medidas relativas aos benefícios fiscais que o PS sabe que não correspondem ao desejo do PSD. Eu aproveitei para dizer duas coisas. Primeiro: depois de termos aumentado o IRS não podemos aumentar novamente os impostos às famílias, diminuindo as deduções que podem fazer na educação e na saúde. Seria um duplo aumentos de impostos. Segundo, o PSD entende que o Governo deve apresentar, no OE, um programa de combate à despesa. São duas observações úteis para um Governo que não tem maioria absoluta no Parlamento e deve saber com o que conta.

#### **O PSD vai propor áreas para os cortes na despesa?**

É provável que sim, mas entendemos que faz sentido ser o Governo a fazê-lo na proposta de OE. Nós até já apresentámos propostas para cortar despesa, a última das quais visava atacar os consumos intermédios - outsourcing, pareceres encomendados pela administração ao exterior, comunicações.

#### **Em última análise, admite o cenário de o país ficar sem OE?**

O que posso dizer é que é desejável que haja orçamento aprovado para 2011. Mas não está nas mãos do PSD garantir que não há um quadro de instabilidade, porque não é o PSD que está no Governo. Como maior partido da oposição, enunciámos as condições para podermos viabilizar um orçamento.

#### **Nas jornadas parlamentares do PSD, uma das propostas para reduzir a despesa foi trazida por Ernâni Lopes: cortes drásticos de salários dos funcionários públicos. Paulo Rangel também o defendeu. Qual é a sua opinião?**

Os cortes em salários não estão na perspectiva do PSD. O país olhará para medidas extremas se vir necessidade extrema de as adoptar. Se for absolutamente indispensável tomar medidas muito drásticas, equacioná-las-emos. Estou convencido de que, no actual contexto, não precisamos de tomar medidas dessa natureza. O que precisamos é de fazer uma reforma do Estado que diminua de maneira permanente a despesa pública. Precisamos de contenção nos próximos anos, com actualização dos salários abaixo da inflação para os salários mais altos e actualizações ao nível da inflação para os mais baixos.

#### **Num momento de crise, em que o próprio PSD admite que as desigualdades estão a aumentar e o Presidente está preocupado, como olha para a despesa social e onde admite reduzi-la?**

Na despesa social, temos as despesas com a educação, saúde e com o regime não-contributivo da Segurança Social. Olhando para o longo prazo, sabemos que temos de aumentar a riqueza para diluir o peso destas despesas. Precisamos de disciplinar a atribuição dos subsídios e a maneira como nos hospitais e na saúde o dinheiro é gasto. E precisamos de criar um clima de maior competição entre a área pública e a área privada para reduzir a

ineficiência. A ideia de que o Estado social não pode custar o que custa é uma inevitabilidade, não é um desejo. Hoje a maior ameaça ao Estado social são as políticas do PS e do Governo, que o tornam insustentável.

### **Admite reduzir as prestações sociais?**

Essas prestações sociais têm sido vistas como uma forma de o Estado assistencial poder valer com dinheiro a pessoas que têm fraquíssimos recursos. São instrumentos importantes que o PSD quer preservar. A nossa preocupação é saber se aqueles que precisam desses apoios são os que os recebem. E o que tem acontecido, como o Governo vem reconhecer, é que sem controlo, sem disciplina, se distribuiu dinheiro a quem não precisava necessariamente. É por isso que o Governo avançou com a condição de recursos e vem dizer que, sem mexer no Rendimento Social de Inserção, tenciona gastar menos 140 a 150 milhões de euros em 2011. Isso significa que o Governo reconhece que esteve a gastar dinheiro indevidamente com pessoas que se calhar não precisavam.

### **Passos Coelho quer CGD livre de negócios como seguros e saúde e a funcionar como banco de desenvolvimento**

### **A Moody's desceu o rating para Portugal esta semana e muitos têm admitido que Portugal tenha de recorrer ao Fundo de Emergência da União Europeia, senão mesmo ao FMI. Nesse cenário, o que teria o PSD a dizer?**

Acho que o PSD já contribuiu para que não se chegasse a esse nível. A Moody's não actualizava o seu rating sobre Portugal há cerca de 15 anos e não se esperava outra coisa. É um eco das outras agências de notação. A única vantagem é não nos deixar esquecer o que temos ainda para fazer. É importante que o país se concentre no combate à despesa. Se o fizermos, estou convencido que, a menos que haja um cataclismo externo, Portugal não necessitará de recorrer ao fundo. Mas se Portugal ou outros países tiverem necessidade de o fazer, devem fazê-lo. Ele foi criado para ser usado. O problema da Europa não é Portugal e Espanha, infelizmente é mais alargado. Se na Europa tiver de se accionar esse fundo para além da Grécia, era útil que vários países o viessem a fazer, mesmo numa situação de normalidade.

### **Manifestou-se contra o uso da golden share na PT, mas concordou com a decisão da Caixa Geral de Depósitos (CGD) votar contra a venda da Vivo. Porquê?**

Eu reafirmei que era contra a existência de golden shares. Se entendia que o Estado não devia ter poderes especiais nas empresas que privatiza, não ia elogiar a sua utilização. Sobre a PT, disse que era importante para a PT não alienar a participação na Vivo, porque é uma participação financeiramente muito boa, dá escala à PT e permite estar numa área de mercado que vai ainda crescer muito numa economia emergente como o Brasil. Mas sabemos que ela não pode ser detida a todo o custo. Eu acho que não era aquele preço. Agora, o que é estratégico para o país não é a participação da PT na Vivo. É o desemprego estrutural que tem de baixar. É saber se vamos criar condições para o crescimento económico com investimento privado ou se vamos continuar a ter perspectivas de crescimento divergentes com o resto da Europa. Isso para nós é que é estratégico, saber se vamos continuar com a pobreza sistémica que temos ou retirar as pessoas da pobreza.

### **Um Governo liderado por si não defenderá as empresas portuguesas no contexto internacional?**

As empresas portuguesas são importantes, mas têm os seus accionistas. Na medida em que o Estado possa ter participação nessas empresas, tem que ter uma opinião sobre essas empresas. A CGD tem uma participação na PT, mas esta, na sua grande maioria, pertence a accionistas privados. Nós precisamos de empresas robustas que acrescentem valor. É o Estado que deve entrar nas empresas e dizer o que têm de fazer? Para isso nacionaliza as empresas todas. Não é essa a minha concepção de Estado nem de empresas.

**Já defendeu a privatização da CGD e recuou. Continua a pensar que o Estado deve mantê-la?**

Não creio que nesta altura fosse sensato abrir um processo que geraria instabilidade e imprevisibilidade. Acho que a Caixa precisa de se recentrar no seu mandato financeiro. Deveria, de forma escalonada, programar a sua retirada de negócios que não lhe cabem, como os seguros ou a saúde. E deveria acentuar uma vocação para funcionar como uma espécie de banco de desenvolvimento, que tivesse uma componente de capital de risco e funcionasse como um instrumento para o Estado ajudar ao desenvolvimento do país, propiciando condições de investimento para as empresas portuguesas. Mas não se deve, nesta altura, equacionar a privatização.